



SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO SUDOESTE GOIANO

Jordan Barbosa Lunas (Bolsista de Iniciação Científica – BIC)*

jordanlunas@gmail.com

UEG Campus Santa Helena de Goiás

Divina Aparecida Leonel Lunas (Orientadora do Trabalho – Bolsista PROBID)

UEG Anápolis Campus de Ciências Sócio- Econômicas e Humanas

Resumo: Este estudo apresenta uma análise da atuação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, as suas competências e ações sobre a agricultura familiar e como podem se organizar e atuar juntamente com as universidades ou secretarias municipais para desenvolver projetos que auxiliam as comunidades agrícolas com foco na região do Sudoeste Goiano. O trabalho demonstra que o agricultor familiar com este instrumento poderá ter o apoio nas secretarias de seus municípios para buscar assistência técnica rural ou se informar sobre programas públicos que podem ser acessados por suas cooperativas e associações. Entende-se que existem vários desafios para a implementação desta estância de representatividade quanto a participação dos agricultores familiares e quanto a implantação dos conselhos municipais. Conclui-se que há uma necessidade de estratégia de implantação dos conselhos municipais dos agentes públicos federais e estaduais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento rural sustentável. Conselho municipal.

Secretarias municipais. Comunidades Agrícolas.

Introdução

O Brasil caracteriza-se por apresentar no setor rural com uma diversidade acentuada de realidades sociais, econômicas e produtivas. Esta diferenciação entre os espaços rurais demandou a constituição de instrumentos e políticas públicas para captar as especificidades de cada região e de cada povo. Um destes instrumentos é a orientação do Governo Federal para a constituição dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável. Esta orientação tem como principal objetivo a criação de um espaço político e de tomada de decisão capaz de incorporar as demandas da agricultura familiar no desenho de políticas públicas.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



No ano de 2001 com a Lei Estatuto da Cidade (lei n.10.257, 10 de julho de 2001, em seu artigo 41) exige que os municípios com mais de 20 mil habitantes tenham um plano diretor de desenvolvimento, para ter acesso aos programas públicos (BRASIL, 2001). Com esta lei os municípios foram impulsionados a se organizar e ter planos agrícolas estabelecidos e desenvolver práticas para melhorar o desenvolvimento do setor e do município como um todo.

A agricultura familiar no Brasil apresentou durante todo o processo de modernização agrícola um papel secundário no direcionamento e desenho das políticas públicas. Lamarche (1997) afirma que: “Evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto” (LAMARCHE, 1997, p.184).

Devido a exclusão quase total da agricultura familiar das políticas públicas durante as décadas de 60 e 80 observou-se um cenário de descaso para a realidade deste segmento. Este cenário teve uma alteração significativa com as políticas implantadas a partir de 1988. Entre estas ações destaca-se que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS é um espaço de organização dos agentes do setor rural, entre eles a agricultura familiar, sendo um importante espaço para a construção de planos de desenvolvimento para o setor. Ressalta-se ainda que o plano de municipal de desenvolvimento rural – PMDRS foi considerado um instrumento obrigatório a ser construído por meio das discussões promovidas no CMDS na Constituição de 1988. (BRASIL, 1988).

Ressalta-se que a existência deste espaço institucional em nível das prefeituras municipais é um instrumento de participação ativa e de organização legal por parte dos produtores rurais da agricultura familiar para pressionar e demandar ações que possam contribuir com objetivo de sustentabilidade e eficiência deste setor. O principal objetivo deste trabalho é estudar a situação e perspectivas dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável rural no Território Rural do Sudoeste, descrevendo sua constituição e ações para a agricultura familiar nos municípios deste território.



Material e Métodos

O estudo foi realizado com a etapa de levantamento bibliográfico sobre a constituição e legislação sobre o conselho municipal de desenvolvimento rural enquanto instrumento de política pública do Governo Federal. Esta etapa caracterizou-se pela utilização das seguintes técnicas: leitura, análise e redação do referencial teórico.

Após esta etapa fez-se o levantamento dos dados secundários e primários quanto a constituição dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável nos municípios do Território Rural do Sudoeste, legislações municipais, dados sobre a organização e constituição dos mesmos e levantamento descritivo sobre as ações destes conselhos na região pesquisada.

A análise utilizada na última etapa da pesquisa foi para descrever as ações dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar do Território Rural do Sudoeste.

Resultados e Discussão

O conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável é uma forma das comunidades rurais se organizarem para buscar para realização de seus direitos, este procedimento deve ocorrer com a participação dos cidadãos junto com a sua prefeitura e assim discutirem ideias e buscar uma solução para possíveis problemas que podem afetar a qualidade de vida da comunidade. As funções dos conselhos municipais devem seguir os interesses municipais e regionais com isso elaborar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, portanto pressionar as prefeituras e a própria comunidade deve ser o dever de cada cidadão que pretende uma melhor situação para todos em comum.

A política do conselho municipal de desenvolvimento rural surgiu a partir da linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) infraestrutura e serviços sociais com o apoio do Governo Federal, e teve por objetivo ampliar e melhorar vários aspectos em relação a agricultura familiar nos âmbitos de financiamento e modernização das suas práticas agrícolas para se obter o desenvolvimento rural deste setor. O PRONAF estabeleceu por meio desta política

REALIZAÇÃO





que os conselhos seriam os grandes impulsionadores da agricultura local e assim conseguiriam autonomia para decidir assuntos importantes da comunidade com participação do poder público e de seus representantes.

O aprimoramento dos conselhos municipais deve ser realizado por meio de reuniões sistemáticas e criações de câmaras temáticas com o intuito de alcançar diferentes públicos da comunidade e fazer de interesse de todos os projetos e futuras decisões para a melhor organização dos seus respectivos conselhos municipais, as câmaras temáticas podem abordar temas diferentes que englobam jovens e mulheres no campo por exemplo com o intuito de demonstrar sua representatividade, e o município deve gerenciar os conselhos para que se consiga atingir uma ideia central para o melhor aproveitamento das políticas públicas.

O Desenvolvimento Territorial Rural

A partir dos anos 2000 quando foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a agricultura familiar teve um suporte maior pelo governo com ações e investimentos voltadas para este setor que antes não possuía devida atenção por parte dos governantes e seguia de forma autônoma, com a pressão dos agricultores familiares o reconhecimento dos seus valores foi maior perceptivo para a sociedade rural. Diversos projetos foram criados com o intuito de melhorar o desenvolvimento agrário municipal e estadual e as secretarias do MDA tinham o interesse de organizar o setor e direcionar os seus produtores rurais criando estratégias de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar.

Á estratégia de desenvolvimento rural no Brasil encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, que assume a formulação de planos de desenvolvimento rural em diferentes níveis territoriais, a negociação dos recursos que os diferentes ministérios disponham para aplicação no âmbito rural e a coordenação e fortalecimento das ações dos colegiados territoriais. É também de sua responsabilidade a secretaria do Condraf. (ECHEVERRI, 2010, p.88).

O território do Sudoeste de Goiás é composto por 12 municípios: Rio Verde, Cachoeira de Goiás, Castelândia, Quirinópolis, Maurilândia, Montividiu, Turvelândia, Acreúna, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna, Paraúna.

Este território teve uma forte atuação do Núcleo de extensão em desenvolvimento territorial – NEDET Sudoeste de Goiás que conta com o apoio da Universidade Estadual de Goiás e o Instituto Federal Goiano para organizar, demonstrar e principalmente levar a informação para estes 12 municípios de que eles poderiam através das políticas públicas melhorar suas condições de uso da terra, se organizar como uma comunidade rural de forma eficiente e buscar novas alternativas de renda através de financiamentos disponíveis que poderiam ser acessados pelas cooperativas para possíveis projetos futuros, a Universidade Estadual de Goiás atuou por um período de dois anos (2015 a 2017) no território por meio de financiamento público do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os municípios participaram de reuniões por meio de seus representantes do poder público ou representantes de cooperativas e comunidades, para buscar novas alternativas de financiamentos para projetos, criações de eventos do território, assistência técnica rural, palestras para a comunidade e dentre outras diversas atividades.

Cada prefeitura possui uma secretaria que trata especificamente de assuntos da agricultura e de políticas públicas voltadas para este setor, desta maneira com o auxílio do território estas secretarias se tornaram mais ativas no processo de levar a informação e trabalhar em conjunto com as universidades para movimentar o território Sudoeste Goiano, com estas ações os agricultores tiveram a oportunidade de participar e tomar medidas para buscar melhores condições de serviço e renda nas suas comunidades. O Quadro 1 apresenta as secretarias ligadas ao setor rural que fazem parte do território Sudoeste Goiano.

Quadro 1 - Secretarias Municipais do Território.

Municípios	Secretarias Municipais
Santa Helena de Goiás	Superintendência Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Rio Verde	Superintendência Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Acreúna	Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Pública
Cachoeira de Goiás	Secretaria Municipal de Agricultura
Santo Antonio da Barra	Superintendência Municipal de Meio Ambiente,



	Agricultura e Recursos Hídricos
Paraúna	Departamento de Agricultura e Pecuária

Fonte: Autoria Própria.

As secretarias possuem competências a serem seguidas por exemplo a de Santa Helena de Goiás diz que na Lei Complementar Nº 006 De 18 De Janeiro 2018. Art. 19. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Ciência, Tecnologia e Turismo compete, dentre outras atribuições regimentais: “A orientação ao pequeno agricultor no desenvolvimento da sua produção e a assistência técnica rural e sanitária para o desenvolvimento da agricultura familiar”.

Esta competência é apenas uma das voltadas para a agricultura familiar que podem ser buscadas pela sociedade rural que necessita de auxílio, as secretarias são ferramentas importantes como conselhos municipais para levar ao cidadão uma organização institucional capaz de solucionar questões específicas para diferentes temas. O fortalecimento da agricultura familiar é um componente essencial dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável pois os agricultores geralmente atuam próximos de seus municípios e necessitam de um apoio das prefeituras através destas secretarias para dar direcionamento das suas atividades e de formas legais acessar os programas públicos um exemplo seria o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) que tem diversas possibilidades de gerar renda para os agricultores familiares que produzem em menor escala e ter uma escolha para comercializar sua produção e auxiliar prestando serviços ao município entregando seus produtos nas escolas.

Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável

Os Conselhos, na lógica da política pública, devem procurar articular democracia representativa e participativa e se instituírem como uma alternativa às formas de representação tradicionais. (SOUZA, 2007). Este autor ainda destaca que os agricultores familiares não conseguem ter seus problemas solucionados por dificuldades de relações sociais com os outros membros do conselho municipal, a



falta de organização na escolha dos representantes dos conselhos afeta nas atividades propostas e geram conflitos internos de interesses pessoais de cada um.

A nível municipal no território sudoeste goiano não se tem algum. registro de conselho em atividade mas as secretarias municipais se assemelham as propostas dos conselhos de desenvolvimento rural que são a do fortalecimento dos agricultores familiares e meio ambiente, Goiás possui um conselho estadual de desenvolvimento rural sustentável o CEDRUS e este conselho possui diversas competências a níveis estaduais como planejamento agrícola do estado, assistência técnica e extensão rural, proteção ao meio ambiente, informação agrícola, educação rural e dentre outras diversas competências este conselho possui como membros secretários ligados ao meio agrícola, presidentes de indústrias e de associações dos agricultores familiares e superintendentes relacionados a diversas áreas da agricultura do estado de Goiás.

O conselho estadual de Goiás em 2009 era responsável por coordenar ações em algumas regiões do estado como Rio Vermelho, Araguaia, Estrada de Ferro, Vale São Patrício, Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã e alguns projetos no valor de R\$ 5.400 originários do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado (Grupo Cultivar, 2009). Na região de Araguaia em 2016 ocorreu um encontro de formação do conselho municipal para demonstrar a participação dos agricultores familiares que desejavam ter sua representatividade nos conselhos que eram dominados por prefeitos da região e de interesses políticos, as universidades participaram e conseguiram dar direcionamento para os agricultores que buscavam a representatividade para solucionar realmente seus problemas, este exemplo da região do Araguaia é apenas um que pode acontecer em todo o estado a falta de representatividade faz com que o setor da agricultura familiar fique há mercê dos interesses políticos e sociais do poder público.



Considerações Finais

O Território Sudoeste Goiano com o apoio das universidades e de algumas secretárias municipais desempenharam um papel fundamental para o crescimento dos agricultores familiares em relações de troca de experiências, informações, conferências temáticas, comitê do jovem e dentre outras diversas atividades proporcionaram o que os conselhos municipais poderiam desempenhar em cada município. Ainda falta muita informação e transparência perante a comunidade agrícola familiar de buscar sua representatividade e apoio perante ao seu próprio município, alguns como citado no presente trabalho não tinham a opção de escolher os membros de seus conselhos municipais. Outro fator apresentado é que não há conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável implantados nos municípios da região pesquisada. Entende-se que este é um dos fatores negativos para a organização dos produtores familiares da região e este cenário só será alterado com uma atuação dos governos estaduais e federais de forma direta.

Referências

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. São Paulo: IMESP, 1988. 48 p.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e no território da cidadania. In: FAVARETO, Arilson et al, **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios/Série Desenvolvimento Sustentável**, Brasília: IICA, 2010, p. 81-114.

GRUPO CULTIVAR, **GO: Conselho do Desenvolvimento Rural Sustentável tem nova reunião**. 2009. Disponível em: <<https://www.grupocultivar.com.br/noticias/go-conselho-do-desenvolvimento-rural-sustentavel-tem-nova-reuniao>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

SOUZA, Cleonice Borges. **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: CAMPO DE PODER, PARTICIPAÇÃO E CONFLITO SOCIAL**. 2007.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás